

O governo José Sarney ainda governa, ou pelo menos é o que todos esperam e é o que está escrito em nossa Constituição. É fato que este governo, próximo de seu fim, não possui condições de superar a grave crise econômica pela qual passamos; no entanto, esta é uma verdade de há muito conhecida por todos os brasileiros e em especial pelos agentes econômicos, políticos e sociais da Nação. Desde o fracasso do Plano Verão, tentado pelo ministro Mailson da Nóbrega como alternativa para nossos problemas econômicos, ficou clara a única hipótese razoável para o governo em termos da conduta política: encetar todos os esforços para concluir o período de transição, com uma inflação, embora alta, ainda administrada, o que afastaria o perigo do descontrole, ou seja, a hiperinflação.

Para tanto, não só o governo contava e ainda conta com os instrumentos ordinários de intervenção econômica, como se esperava, e talvez ainda seja tempo, a boa vontade dos empresários e trabalhadores para que, visto a impossibilidade de costura de um pacto de longo prazo para o fim da crise, ao menos pudés-

semos chegar com o mínimo de traumas possível à eleição e posse do novo presidente da República. Infelizmente não se contou com a segunda parte desta equação; não só grande parte dos agentes econômicos contribuiu para a instabilidade, com aumentos de preços e ações especulativas imensuráveis, como também os trabalhadores, talvez aí com menos culpa, acossados por uma inflação em grande parte causada pelos aumentos, acirraram a luta reivindicatória por melhores salários.

No entanto, graças à ação do governo, muito embora tenhamos ultrapassado a clássica barreira dos 50% ao mês, não se pode caracterizar nossa economia como destituída de seus mínimos controles. Por isso, o que se deve fazer até 15 de março é continuar a fazer exatamente o que se tem procurado fazer até agora: o governo usar os instrumentos de política monetária que possui para entregar

A tarefa do atual governo

ao futuro presidente uma economia ainda passível de ser ajustada por uma nova administração com credibilidade e legitimidade capazes de, oxalá, sensibilizar os agentes econômicos e sociais para o futuro e para as necessárias alterações de base que sem elas não se conseguirá nem sanear e muito menos contornar a crise que tanto nos infelicitava.

Portanto, o atual governo não pode abdicar dos seus instrumentos de política econômica, ainda que estes estejam limitados, sob pena de anteciparmos o caos maior. Enganam-se os que consideram a hipótese do encurtamento do tempo de espera para a posse do novo presidente como solução para a crise. Principalmente quando são notórias as manifestações contrárias, tanto do atual quanto do futuro presidente, em relação ao assunto. As maquinações que estão sendo promovidas por setores da sociedade em relação ao tema, ademais de serem inviáveis, visto o Congresso se

encontrar em recessos, ao invés de ajudar, prejudicam, aumentando a insegurança e, conseqüentemente, a ingovernabilidade.

Já se disse à exaustão que o paradigma argentino, usado pelos defensores da antecipação, não nos serve. Lá, diferentemente daqui, o tempo de espera para a posse era contado em meses; quando aqui se conta em semanas. Ademais, semanas que correm em um momento que, teoricamente, deveria ser de calma, com o fechamento do ano e os necessários balanços que, apesar de ligeira desaceleração nas vendas, estamos certos serão feitos positivamente.

O presidente eleito, Fernando Collor de Mello, parece firme no propósito de querer tempo para a preparação de seu governo. Não pede muito, mas apenas o que a própria Constituição lhe confere. Parece-nos que medidas de superação da crise brasileira, que foram postergadas por anos, podem esperar por mais 78 dias, ainda mais se neste tempo o Brasil puder contar com um mínimo de colaboração de seus empresários, grandes interessados na calma e na prudência.